

XII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

APRESENTAÇÃO DA MOÇÃO E

Ana Sofia Ligeiro

Camaradas,

A Moção E apresenta-se a esta décima segunda Convenção Nacional do Bloco de Esquerda com a convicção de que a pluralidade de opiniões e a liberdade de as discutir será sempre a mais valia deste partido / movimento.

Sublinhamos a importância da participação nesta Convenção Nacional e orgulhamo-nos da forma de construção desta Moção.

A Moção E foi construída com base num amplo debate e tudo faremos para manter e ampliar a discussão e a troca de opiniões depois desta reunião magna. O espaço de encontro político que desenvolvemos permite-nos afirmar que estamos cá, e estaremos, para construir coletivamente a solução política que o Bloco de Esquerda apresentará ao país.

Estaremos aqui para a discussão interna e não aceitaremos condicionantes à nossa contribuição para o debate político. Não aceitaremos que seja coartado qualquer direito de opinião, de participação. Defendemos a participação generalizada no debate político, enquanto recusamos a fulanização, a intriga.

Ao apoucar da importância de cada camarada responderemos com debates de ideias. A nossa presença e representatividade nesta convenção redistribui força, força para desenvolver trabalho político assente na pluralidade, na cooperação e na participação de todos quantos formam este partido.

Acalentamos a dissidência que permite o debate, queremos a descentralização do poder de decisão dentro do partido, queremos cada camarada envolvido na decisão sobre a linha política do partido. Recusamos lógicas de verticalização da estrutura partidária e de desvalorização do debate.

O Bloco de Esquerda é um partido aberto à sociedade, não nos furtamos ao trabalho interno, aliás valorizamo-lo, mas não hesitaremos no momento em que tivermos que ir, por fora, reclamar as ideias que nos calarem cá dentro.

A proposta que apresentámos à convenção nacional em forma de Moção E, é o resultado de discussão e partilha, é o resultado de um espaço onde identificamos a diversidade e a riqueza de opiniões dentro do partido como defesa face ao perigo de perda de influência política.

Identificamos a necessidade de corrigir o percurso político do partido, com melhorias para a nossa capacidade de intervenção. É necessário ler a experiência da geringonça, que teve dois momentos, é necessário perceber o que tem vindo a correr mal ao nível eleitoral.

Análises ambíguas e abordagens evasivas não servem o interesse do país e dos cidadãos, não servem o partido e não nos servem a nós, subscritores da Moção E. Estamos a escamotear os problemas de uma legislatura capturada pela obsessão com o défice, a fingir que não se mantém em marcha a degradação dos serviços públicos, a tolerar uma lentíssima recuperação do rendimento do trabalho.

Em 2019 o Bloco recuou nos seus resultados eleitorais e, por consequência, foi perdendo o peso reivindicativo junto do PS. O objetivo da última Convenção Nacional – “ser força de governo com uma nova relação de forças” – pereceu.

Não fomos força de governo, mas mantivemos até ao último orçamento de estado uma linha de confronto mitigado que só serviu o PS.

Mas agora, ainda temos este governo e este país!

Camaradas, assumimos que estamos zangados com um governo que não pestaneja perante um quadro generalizado de empobrecimento,

Estamos zangados com um governo ‘socialista’ que soçobra à tentação de responder a uma crise económica e social com uma bazuca, que não passa de uma nova injeção, de recursos financeiros numa rede de empresas, mantendo uma perspetiva centralista do investimento.

Não alinharemos com a União Europeia, com o Governo, com a Direita, na normalização da austeridade, na limitação dos direitos laborais.

Sublinhamos a relevância de o Bloco de Esquerda dar centralidade na agenda política às questões laborais, porque não vislumbramos a capacidade de promover negociações e acordos sem passar pela revisão da legislação laboral.

Não permitiremos mais indefinição sobre o que irá acontecer à perda de rendimentos aliada ao fim das moratórias.

Sabemos que a contemporização da esquerda com a injustiça social permite a reorganização da extrema direita a coberto de uma direita tradicional que considera inevitável a sua legitimação.

Fomos, Moção E, solidários com a campanha das presidenciais, fomos solidários na campanha das legislativas, mas este é o espaço para retirar elações dos resultados, dentro e fora do partido. A ausência de debate, ou o debate em forma de plenário / comício, colocará sempre no horizonte a falência da linha política do partido.

MAS O QUE PRETENDE MESMO A MOÇÃO E?

Na Moção E pretendemos uma sociedade ecossocialista, assumimos que é hora de fazer mais esta discussão interna na construção da resposta que queremos dar ao país em crise.

Esta resposta tem que passar pela implementação de novas formas de propriedade, e por novas relações de produção e força produtiva.

Identificamos como centro da intervenção do bloco o ATAQUE À POBREZA, às desigualdades sociais. Este ataque deve acontecer com a reposição dos direitos laborais, aumento do salário mínimo, promoção de emprego, divisão justa do trabalho e rendimento digno.

Este é um ataque às várias crises, sociais, económicas, ambientais (do clima, da biodiversidade, da degradação e perda do solo, desastres ambientais)

Este é um ataque que implica trabalhar para chegar às várias soberanias: Alimentar, energética, financeira. Estas soberanias implicam a reorganização da economia do país.

Esta resposta passa pelo direito à habitação, à alimentação, à saúde, educação, mobilidade e cultura.

Enquanto durar a austeridade, severa ou amena, estes direitos não estão garantidos.

Os princípios ecossocialistas implicam a reorientação da economia e do estado, passando pela reconversão produtiva do país (agricultura, floresta, mineração, indústria), pela democratização energética e descarbonização das atividades humanas.

Defendemos que uma solução ecossocialista passa por repensar o país em comunidades mais autónomas na produção e consumo da água, da energia, da alimentação.

Teremos que abrir a discussão sobre o que queremos da nossa indústria, onde e como a queremos, pensemos de novo no interior. O interior não é só uma palavra, é um espaço que tem gente dentro.

Sabemos que comunidades mais envolvidas na escolha das opções estratégicas e de desenvolvimento do seu espaço, serão comunidades mais justas, mais responsáveis e onde será mais fácil prosperar.

A gestão territorial destas comunidades terá que começar por regionalizar o país, legitimar órgãos regionais, com escrutínio democrático e transparente das políticas públicas, garantindo assim equidade, solidariedade, justiça social e redistribuição de riqueza.

Mas agora, neste momento convencional é altura para lembrar que a ALEGRIA do debate TRAZ Energia para as lutas, que A DIVERSIDADE DE OPINIÕES FOMENTA DEBATE e o DEBATE DESTAPA SOLUÇÕES.

Camaradas,

Estamos aqui convosco, porque é convosco que queremos estar, porque é convosco que queremos percorrer o caminho, que abre à nossa frente.

Queremo-nos vivos, queremo-nos juntos na construção de uma sociedade nova, de uma sociedade justa.

Juntem-se a nós na votação da Moção E!

Ana Sofia Ligeiro

22 de maio de 2021